

CARTILHA DE INTEGRIDADE

Conheça o **Programa de Integridade** do Ministério Público do Estado do Pará!

Ciente da relevância do tema, o Ministério Público do Estado do Pará se destacou como pioneiro na adoção de mecanismos de governança pública, gestão de riscos e controles. Antes mesmo da Recomendação CNMP nº 06/2023, que orienta as unidades do Ministério Público a constituírem programas de integridade institucional, o MPPA instituiu seu Programa de Integridade, por meio da **Portaria nº 4098/2021-MP/PGJ, recém revisada pela Portaria nº. 1090/2025-MP/PGJ**, com a finalidade de aprimorar suas práticas e controles voltados à ética e integridade.

No intuito de promover a implementação de um programa aderente às orientações do CNMP e buscar as melhores práticas de *compliance*, o Ministério Público do Estado do Pará buscou auxílio de Consultoria especializada para o desenvolvimento do Projeto de Implantação de seu Programa de Integridade.

A metodologia utilizada, com o apoio do Escritório Pironti Advogados, atende aos requisitos legais previstos na Lei Anticorrupção Brasileira (Lei nº 12.846/2013) e em seu decreto regulamentador (Decreto nº 11.129/2022). Além disso, segue normas técnicas nacionais e internacionais, como a ISO 37301:2021 (Sistema de Gestão de Compliance), ISO 31000:2018 (Gestão de Riscos) e ISO 37001:2017 (Sistema de Gestão Antissuborno).

O projeto também encontra respaldo na Portaria CNMP-PRESI nº 120/2019, que institui o Programa de Integridade do Conselho Nacional do Ministério Público, na Resolução CNMP nº 261/2023, que define o Código de Ética do Ministério Público brasileiro, e na já referida Recomendação CNMP nº 06/2023.

Para conhecer mais sobre o projeto e acompanhar seu andamento, abaixo é possível visualizar as 8 fases em que ele é desenvolvido:

Fase 1	Mapeamento e Coleta de Dados
Fase 2	Análise de Maturidade
Fase 3	Matriz de Riscos de Integridade
Fase 4	Código de Ética e Normativas

Fase 5	Canal de Denúncias
Fase 6	Contratos de Gestão e Termos de Adesão
Fase 7	Monitoramento e Remediação
Fase 8	Treinamento e Comunicação

Fase 01

A **Fase 01 – Mapeamento e Coleta de Dados** ocorreu nos meses de abril e maio de 2024, oportunidade em que foi realizado o mapeamento dos principais dados e documentos da estrutura institucional do MPPA, de modo a compreender o contexto da Instituição e a identificar os aspectos de governança, ética e integridade relevantes para a condução dos trabalhos.

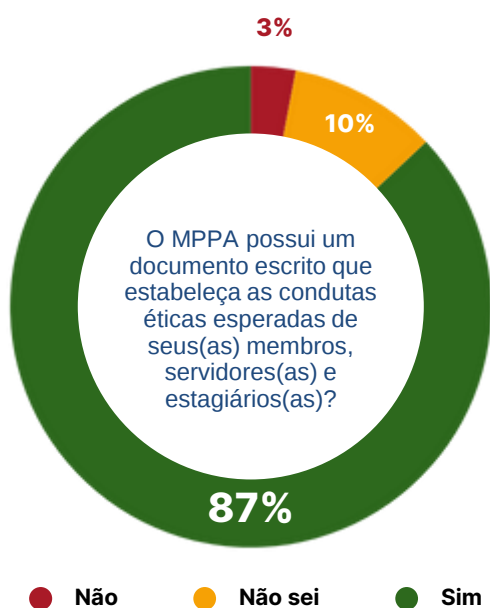


Seminário de Sensibilização



O início do projeto foi marcado pela realização de seminário de sensibilização, no dia 08 de maio de 2024, no auditório Fabrício Ramos Couto, com participação de membros, servidores e estagiários do MPPA. Nessa oportunidade, houve palestra ministrada pelo Dr. Rodrigo Pironti, Sócio Fundador e CEO do escritório Pironti Advogados, que tratou de aspectos gerais acerca de Integridade Pública, além das etapas da consultoria contratada pelo órgão para implementação do projeto.

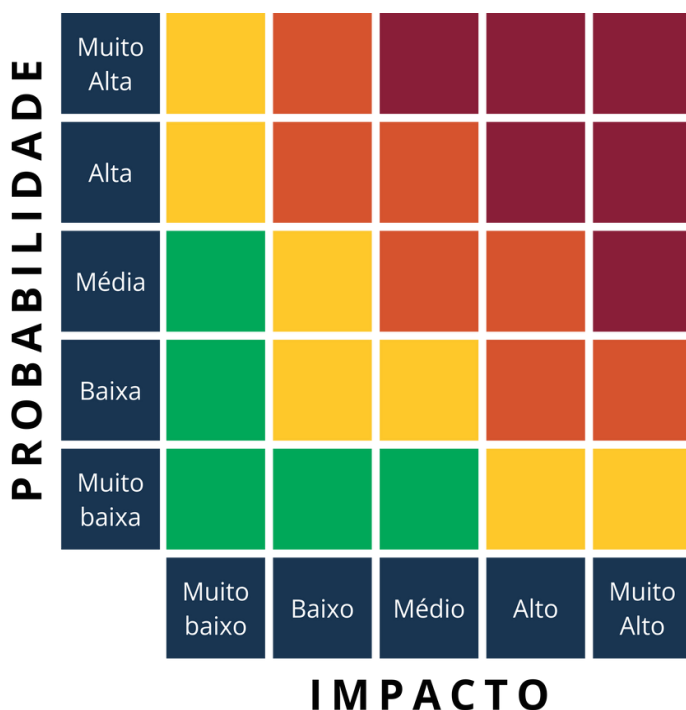
Fase 02



Nos meses de maio e junho/2024, o projeto prosseguiu para a **Fase 02 – Análise de Maturidade**, em que todos os membros, servidores e estagiários do MPPA foram convidados a responder um questionário de ética e integridade. O trabalho permitiu que um total de 1457 (mil, quatrocentos e cinquenta e sete) membros, servidores e estagiários expressassem suas percepções sobre o assunto no âmbito do órgão, número que representa 46% (quarenta e seis por cento) do total de agentes públicos do MPPA.

Fase 03

Adiante, de junho a agosto de 2024, esteve em curso a **Fase 03 – Matriz de Riscos**, que teve por objetivo o desenvolvimento da Matriz de Riscos de Integridade do MPPA, com a identificação dos principais riscos de integridade aos quais o órgão está sujeito e as oportunidades de melhoria a serem desenvolvidas.



Para o mapeamento desse cenário de riscos, foram realizadas 26 entrevistas com membros e servidores que ocupam cargos estratégicos no órgão, conforme metodologia da Norma Técnica ISO 31000:2018. Em sequência, o trabalho foi apresentado à Comissão de Integridade, encarregada pelo acompanhamento da execução do projeto.

Esta fase tem especial relevância na medida em que revela quais planos de ação devem ser adotados pelo órgão, inclusive em qual ordem de prioridade, para que a implementação do Programa de Integridade seja efetiva e aderente à sua realidade.

Na **Fase 04 – Políticas e Procedimentos**, foram revisadas normas existentes e elaboradas minutas de novas normativas.

Fase 04

Código de Ética do Ministério Público do Estado do Pará

Normativa de Brindes, Presentes e Hospitalidades

Normativa de Conflito de Interesses

Normativa sobre Diligenciamento Prévio à Nomeação de Pessoas

Normativa de Boas Práticas Comportamentais em Licitações e Contratos Administrativos

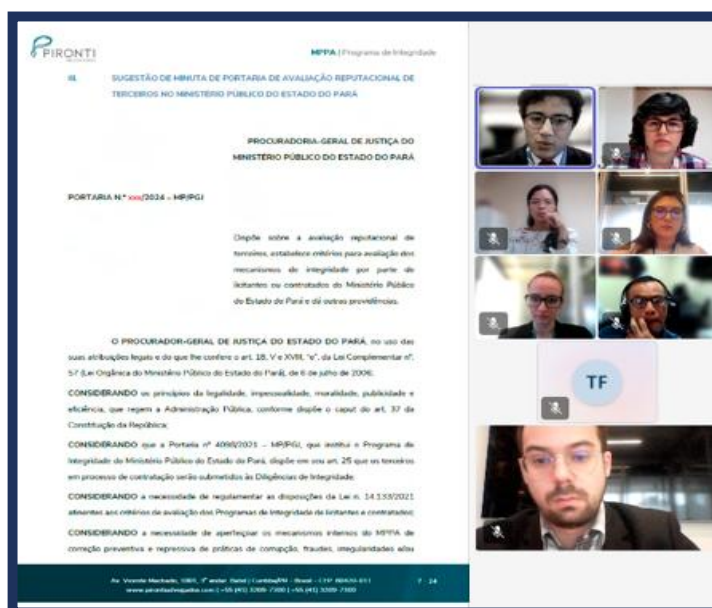
Normativa de Avaliação Reputacional de Terceiros

Normativa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação

Regimento Interno da Comissão de Integridade

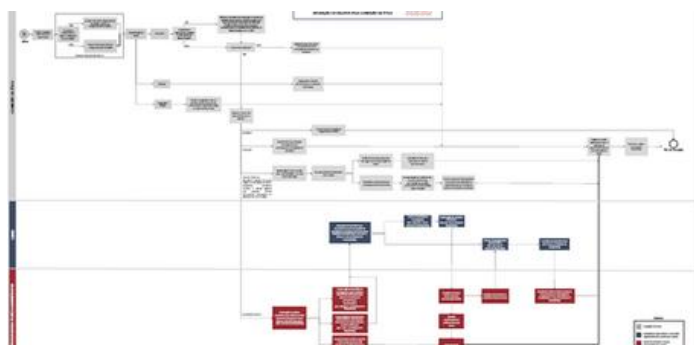
A revisão e a elaboração de minutas de novas normativas ocorreu entre os meses de agosto e outubro de 2024, em resposta aos riscos mapeados na Matriz de Riscos de Integridade, produto da fase anterior. No Programa de Integridade, é essencial que as regras de conduta estejam formalizadas e sejam comunicadas aos agentes públicos e terceiros da Instituição, buscando alinhamento e padronização de conduta.

Em **14/03/2025**, foram publicadas no **DOEMPPA** a **Portaria nº. 1.090/2025-MP/PGJ**, que revisa os termos da Portaria nº. 4.098/2021-MP/PGJ, criando o Comitê Estratégico de Integridade e o Escritório de Integridade; e a **Portaria nº. 1091/2025-MP/PGJ**, que revisa o Código de Ética dos Servidores do MPPA. As demais normativas encontram-se em apreciação/revisão.



Após a realização de reuniões estratégicas da Consultoria com a Comissão de Integridade, no período de outubro a novembro, foi desenvolvida a **Fase 05 – Canal de Relatos/Denúncias**, com a apresentação de proposta para atualização da plataforma do Canal de Denúncias do MPPA e definição de fluxo para tratamento de relatos encaminhados ao Canal.

Fase 05



Esse Canal, ainda em construção, é diverso da Ouvidoria-Geral do MPPA e destinado ao recebimento de dúvidas, sugestões, elogios e denúncias de violações éticas, a serem apuradas conforme a legislação aplicável aos membros, servidores, estagiários e terceiros que se relacionam com o órgão.

Em seguida, foi realizada a **Fase 06 – Contratos de Gestão e Termos de Adesão**, que consiste na formalização de instrumentos jurídicos para definição clara de competências e responsabilidades entre agentes públicos em relações hierárquicas, de modo a construir uma estrutura de responsabilidade e deveres éticos e de conduta a serem seguidos. O objetivo principal é afastar eventual imputação de responsabilidade por omissão imprópria atribuída a membros da alta gestão.

Fase 06

O trabalho foi desenvolvido entre os meses de novembro e dezembro, a partir da análise da estrutura organizacional do órgão, com a indicação das relações hierárquicas mais adequadas para a assinatura desses Contratos e Termos.



Fase 07

Na **Fase 07 – Monitoramento e Remediação**, foram desenvolvidos os KPIs (*Key Performance Indicators* – Indicadores Chave de Performance), com critérios quantitativos e qualitativos, que permitirão o monitoramento dos principais resultados do Programa de Integridade, conforme as metas estipuladas pela Comissão de Integridade, em alinhamento à Alta Gestão. Dessa maneira, ele poderá ser periodicamente avaliado e aprimorado, enquanto identificadas as suas vulnerabilidades e necessidades.

Fase 08



A última fase, **Fase 08 – Treinamento e Comunicação**, percorre todo o projeto, com iniciativas destinadas a informar todos os membros, servidores e estagiários sobre o desenvolvido um Plano de Comunicação para disseminação interna e externa de temas de ética e integridade, de modo a promover e fortalecer essa cultura no Ministério Público do Estado do Pará.

Como iniciativa de comunicação, são elaboradas, mensalmente, as chamadas **“Pílulas de Integridade”**, pequenas doses de conteúdo informativo que apresentam o Programa do MPPA e temas relacionados à ética aos agentes públicos do órgão. A principal finalidade é levar conhecimento a todos acerca das ferramentas disponibilizadas por meio do Programa de Integridade, além de disseminar a cultura de ética e as diretrizes comportamentais esperadas no exercício da função pública.

Outubro 2024 | #03

Conflito de Interesses na Administração Pública: conceito e formas de prevenção

No exercício da função pública e na interação com outros agentes públicos e privados, é possível enfrentar situações que possam configurar conflito de interesses. Quando essas situações se concretizam, as consequências ao órgão podem ser elevadas, ameaçando comprometer a sua credibilidade e a confiança depositada pela sociedade.

O conflito de interesses ocorre em uma instituição pública toda vez que um agente, no exercício da sua função, prioriza interesses particulares em detrimento do interesse público inerente à sua atividade

Um exemplo dessa prática no âmbito do órgão é quando um servidor, buscando favorecer um terceiro com quem mantém relação pessoal, divulga informações sigilosas contidas em um processo que tramita em segredo de justiça. Tais situações podem configurar infrações éticas e ensejar a responsabilização do agente envolvido.

Como medida mitigatória, recomenda-se a leitura do **Código de Ética dos Servidores do MPPA**, que aborda o tema. Além disso, em breve será publicada a Portaria que discorre de maneira mais aprofundada sobre o tema, para facilitar a compreensão.



Agentes que se encontrem nessa situação deverão levar ao conhecimento de seu gestor ou da Comissão de Integridade. Eventuais dúvidas deverão ser direcionadas à **Comissão de Integridade**, a qual poderá fornecer esclarecimentos sobre o tema, permitindo uma atuação mais segura a todos os membros e servidores públicos do órgão.

A manutenção de um ambiente ético no MPPA depende de todos(as)!



SISTEMA DE INTEGRIDADE | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ



Novembro 2024 | #04

Gerenciamento de Riscos de Integridade

Como parte essencial do Projeto de Implantação do Programa de Integridade, o Ministério Público do Estado do Pará agora dispõe de uma **Matriz de Riscos de Integridade**, documento elaborado após o mapeamento das vulnerabilidades às quais o Parquet está submetido, a fim de possibilitar o gerenciamento dos riscos identificados.

Esta iniciativa foi desenvolvida entre os meses de junho e julho de 2024, por meio da condução de **26 entrevistas** com **38 agentes públicos** ocupantes de cargos estratégicos do órgão, com o apoio técnico da Consultoria Pironi Advogados.

Com base nos insumos coletados, os eventos de risco foram consolidados em uma Matriz de Riscos de Integridade, que orienta os planos de ação para a implementação de controles internos aptos a mitigá-los.

Diante disso, foi gerado um Mapa de Calor (com base na metodologia da norma ISO 31000:2018), que classifica os riscos de acordo com sua probabilidade e impacto, proporcionando uma visão abrangente e estratégica.

MAPA DE CALOR 5x5



Assim, será possível a implantação de planos de ação assertivos visando à redução dos riscos de integridade nas próximas etapas do Projeto, o que possibilita a manutenção da cultura de ética presente no Parquet!

O Ministério Público do Estado do Pará agradece a todos os agentes que dedicaram seu tempo para participar das entrevistas de integridade, fundamentais no processo de mapeamento de riscos da instituição. Convidamos também todos os membros, servidores e demais agentes públicos a continuarem participando ativamente das iniciativas voltadas ao Programa de Integridade.

O MPPA está comprometido com as melhores práticas de ética e integridade!



SISTEMA DE INTEGRIDADE | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ



Com o intuito de centralizar essas informações e deixá-las acessíveis, foi criado um Portal da Integridade no site oficial do MPPA. Acesse o [link](#) ou o QR Code abaixo para mais informações!

A manutenção da integridade do MPPA depende de todos nós, em cada ação e decisão. Com a sua colaboração, poderemos construir uma cultura mais ética e íntegra!





MPPA

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ



APOIO TÉCNICO CIENTÍFICO
PIRONTI ADVOGADOS